



Russell Bedford
taking you further

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO COOPERATIVISMO NO ESTADO DE SANTA CATARINA – SESCOOP/SC

Relatório do auditor independente sobre as
demonstrações contábeis

**Referente ao exercício findo em 31 de dezembro
de 2019.**



Aponte a câmera de seu celular para a imagem acima e preencha nossa pesquisa de satisfação. Caso não compatível, obtenha um leitor de *QR Code* para acessar o conteúdo da imagem.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

**Administradores e aos Conselheiros do
SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO COOPERATIVISMO NO
ESTADO DE SANTA CATARINA – SESCOOP/SC
Florianópolis – SC**

Opinião com Ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis do **Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado de Santa Catarina – SESCOOP/SC (“Entidade”)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SESCOOP/SC em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Ausência de nota explicativa sobre a aprovação das demonstrações contábeis

A entidade não apresentou em nota explicativa a data da aprovação das demonstrações contábeis, portanto, está em desacordo com a seção 17 da NBC TG 24(R2) – Evento Subsequente, no qual determina que a entidade deve divulgar a data em que foi concedida a autorização para emissão das demonstrações contábeis e quem forneceu tal autorização.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outros Assuntos

As demonstrações contábeis da entidade foram aprovadas em 17 de fevereiro de 2020, conforme consta na ata da reunião ordinária do Conselho Administrativo. As demonstrações foram aprovadas antes do início da pandemia estabelecida pela COVID-19 e antes das Medidas Provisórias nº 932 e 936, publicadas pelo Governo Federal em 31 de março de 2020 e em 1º de abril de 2020, respectivamente. A Medida Provisória 932 estabelece, excepcionalmente até 30 de junho de 2020, a redução das alíquotas das contribuições aos serviços sociais autônomos e ajuste na alíquota de retribuição. A redução prevista pela Medida Provisória reduziu a alíquota de 2,5% para 1,25% em relação as contribuições para o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP) e alterou de 3,5% para 7% em relação a retribuição do montante arrecadado. A Medida Provisória 936 de 1º de abril de 2020 prevê para os próximos 90 dias a redução da jornada de trabalho e a suspensão temporária do contrato de trabalho. A adoção desta medida reduzirá as bases de cálculo das empresas para aplicação das alíquotas correspondentes as contribuições para os serviços sociais autônomos. Devido a data de aprovação anterior aos eventos ocorridos, não consta nota explicativa relatando possíveis efeitos de eventos subsequentes.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como, obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas;



Russell Bedford

taking you further

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 19 de junho de 2020.

RUSSELL BEDFORD BRASIL
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/0-O "T" SP

Roger Maciel de Oliveira
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP
Sócio Responsável Técnico

**Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no
Estado de Santa Catarina**

Balanço Patrimonial

ATIVO

	31/12/2019	31/12/2018
Ativo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	43.912.987,02	40.403.210,44
Outros créditos	23.061,24	34.957,11
Total do ativo circulante	43.936.048,26	40.438.167,55
Ativo não circulante		
Investimentos	0,00	97.787,64
Depósitos judiciais	20.686,03	0,00
Total do ativo não circulante	20.686,03	97.787,64
Total do Ativo	43.956.734,29	40.535.955,19

PASSIVO

	31/12/2019	31/12/2018
Passivo circulante		
Contas a pagar	1.481.531,39	1.546.568,42
Salários, encargos sociais e imposto a pagar	126.855,64	57.189,80
Provisões trabalhistas e encargos previdenciários	137.195,76	131.740,63
Total do passivo circulante	1.745.582,79	1.735.498,85
Passivo não circulante		
Provisão para demandas judiciais	20.686,03	0,00
Patrimônio Líquido		
Patrimônio Social	42.190.465,47	38.800.456,34
Total do passivo e patrimônio líquido	43.956.734,29	40.535.955,19

Adilço Salvalágio
Coordenador de Contabilidade

Luiz Vicente Suzin
Presidente

CRC/SC 018771/O-8

**Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no
Estado de Santa Catarina**

Demonstração do resultado do exercício

	31/12/2019	31/12/2018
Receita operacional líquida	33.112.745,27	31.312.285,26
Despesas operacionais	(32.561.882,36)	(30.092.865,59)
Despesas com pessoal, encargos e benefícios sociais	(1.781.959,65)	(1.553.881,56)
Despesas administrativas	(2.535.130,26)	(2.081.458,09)
Despesas institucionais	(26.494.291,89)	(24.727.864,27)
Despesas com serviços de terceiros	(1.750.306,25)	(1.729.656,63)
Despesas tributárias	(194,31)	(5,04)
Superávit antes do resultado financeiro	550.862,91	1.219.419,67
Resultado financeiro líquido	2.839.146,22	3.055.954,13
Superávit do exercício	3.390.009,13	4.275.373,80

Adilço Salvalágio
Coordenador de Contabilidade

Luiz Vicente Suzin
Presidente

CRC/SC 018771/O-8

Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado de Santa Catarina

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Patrimônio Social	Outras Reservas	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Superávit acumulado	Total
Saldos acumulados em 31 de dezembro de 2017	<u>34.525.082,54</u>				<u>34.525.083</u>
Ajuste no patrimônio líquido					
Superávit do exercício				4.275.373,804	4.275.373,80
Transferência do superávit para Patrimônio Social	4.275.373,80			(4.275.373,80)	-
Saldos acumulados em 31 de dezembro de 2018	<u>38.800.456,34</u>				<u>38.800.456,34</u>
Superávit do exercício				3.390.009,13	3.390.008,93
Transferência do superávit para Patrimônio Social	3.390.009,13			(3.390.009,13)	-
Saldos acumulados em 31 de dezembro de 2019	<u>42.190.465,27</u>				<u>42.190.465,27</u>

Adilço Salvalágio
Coordenador de Contabilidade

CRC/SC 018771/O-8

Luiz Vicente Suzin
Presidente

Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado de Santa Catarina

Demonstração dos fluxos de caixa pelo método indireto

	31/12/2019	31/12/2018
Fluxo de caixa proveniente das operações		
Superávit do exercício	3.290.009,13	4.275.373,80
	3.290.009,13	4.275.373,80
Aumento nos ativos		
Créditos e valores a receber	11.895,87	(33.078,86)
Investimentos	97.787,64	(97.787,64)
Depósitos judiciais	(20.686,03)	0
	88.997,48	(130.860,50)
Redução nos passivos		
Contas a pagar	(65.037,03)	849.869,34
Salários, encargos sociais e imposto a pagar	69.665,84	4.183,02
Provisões trabalhistas e encargos previdenciários	5.455,13	29.506,57
Provisões para demandas judiciais	20.686,03	0
	30.769,97	883.558,93
Recursos líquidos gerados pelas atividades operacionais	3.509.776,58	5.028.072,23
Redução no caixa e equivalentes de caixa	3.509.776,58	5.028.072,23
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	40.403.210,44	35.375.138,21
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	43.912.987,02	40.403.210,44
Redução no caixa e equivalentes de caixa	3.509.776,58	5.028.072,23

Adilço Salvalágio
Coordenador de Contabilidade

Luiz Vicente Suzin
Presidente

CRC/SC 018771/O-8

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma).

1. Contexto operacional

Em 03 de setembro de 1998, a Medida Provisória nº 1.715/1998 criou o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - Sescop. O Decreto nº 3.017/1999, de 06 de abril do ano seguinte, complementou o ato inaugural e instituiu os regulamentos e demais dispositivos que lhe balizam a atuação.

O Sescop integra o Sistema Cooperativista Brasileiro e fornece-lhe suporte em formação profissional – técnica e gerencial – e na promoção social dos cooperados, empregados e familiares, além de apoiar diretamente a operação das cooperativas.

Formalmente, é entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, constituída sob o estatuto de serviço social autônomo.

Seus recursos são de natureza fiscal: originam-se das cooperativas, que contribuem com um percentual de 2,5% sobre as folhas de pagamento, conforme preceitua o Artigo 12. do Decreto-lei nº 3.017 de abril de 1999.

O Sescop está sujeito, ainda, à auditoria externa e tem sua execução orçamentária sob o crivo do Tribunal de Contas da União, o qual tem poderes para efetuar fiscalizações contábil e financeira, além de inspeções e auditorias operacionais e patrimoniais, nos termos dos Artigos 70. e 71. da Carta Magna e Artigos 1º e 5º da Lei nº 8.443/1992 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União), bem como enviar à Controladoria Geral da União, conforme preceitua a Lei nº 11.768, de agosto de 2008, do Artigo 6º, § 3º:

2. Preparação e apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Base de apresentação

2.1.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas pelo regime de competência para as despesas e execuções orçamentárias e, as receitas de repasse pelo regime de caixa de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis à pequenas e médias empresas e entidades sem finalidade de lucros, em que abrangem os pronunciamentos NBC TG 1000 e ITG 2002 emitidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Também observam a mensuração pelo custo histórico em reais.

2.2. Principais práticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis

2.2.1. Apuração do resultado orçamentário

O resultado das operações do SESCOOP/SC, especificamente as suas despesas são apurados em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de contribuições destinadas ao SESCOOP/SC são reconhecidas contabilmente quando do seu recebimento.

2.2.2. Contas a pagar

Refere-se as execuções orçamentárias das cooperativas, reembolsadas em janeiro de 2020.

2.3. Contrato de Gestão

Pelo contrato de gestão firmado entre o SESCOOP/SC e o Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina – OCESC, essa coloca à disposição a estrutura física, imobilizado (móveis e equipamentos e informática). Por essas obrigações, o SESCOOP/SC em 2019, repassou o valor de R\$ 152.569,08 (Cento e cinquenta e dois mil quinhentos e sessenta e nove reais e oito centavos) a título de aluguel, e de reembolso de despesas o montante de R\$ 429.481,99 (Quatrocentos e vinte nove mil quatrocentos e oitenta e um reais e noventa e nove centavos).

2.4. Principais julgamentos e estimativas contábeis

a) Provisões para demandas judiciais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: (i) Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;

(ii) Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e, os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e, tampouco, divulgados;

(iii) Obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

2.5. Gestão de riscos

a) Gestão de risco financeiro

A gestão de risco da entidade concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro.

A gestão de risco é realizada pela administração e estrutura corporativa da entidade, assim composta:

Superintendência administrativa: órgão de gestão administrativa da entidade;

Conselho Fiscal: órgão de assessoramento do Conselho deliberativo, para assuntos de gestão patrimonial e financeira;

Conselho de Administração: órgão colegiado que detém o poder originário e soberano da Entidade.

A Entidade restringe a exposição a riscos de crédito associados a bancos, efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha com taxas compatíveis de mercado.

3. Quadros analíticos complementares

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Fundo Fixo de Caixa	518,44	1.941,30
Bancos	-	32.099,42
Aplicações financeiras	43.912.468,58	40.466.957,36
Total	43.912.468,58	40.500.998,08

3.2. Aplicações financeiras

Instituições Financeiras	Modalidade	31/12/2019	31/12/2018
Caixa Econômica Federal	CDB Flex Empresarial	39.257.375,76	34.311.679,72
Caixa Econômica Federal	Caixa FIC Giro Emp RF	-	1.365,47
Banco do Brasil	Ourocap	-	97.787,64
Banco do Brasil	BB RF CP Corp 400mil	-	30.733,95
Banco do Brasil	Fundo Banco Brasil RF	4.655.092,82	6.057.491,02
Total		43.912.468,58	40.499.057,80

4. Créditos e valores a receber

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Adiantamentos a empregados	22.858,29	19.957,11
Outros créditos	202,95	15.000,00
Total	23.061,24	34.957,11

5. Caução e depósitos judiciais

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Depósito judicial INSS	20.686,03	-
Total	20.686,03	-

O SESCOOP/SC ingressou com ação ordinária, com pedido de tutela de urgência, quando preteia a suspensão da exigibilidade das contribuições sobre seguridade social e de terceiros (contribuição previdenciária patronal, Rat/Sat, PIS, contribuições destinadas a terceiros, Incra, Funrural, Salário-Educação), declarando-se a imunidade tributária ampla por ser um serviço social autônomo, nos termos do art. 150, VI, c, quanto do art. 195, § 7ª da Constituição da República. Deferimento da tutela de urgência, mediante depósito judicial dos valores devidos.

Adilço Salvalágio
Coordenador de Contabilidade

Luiz Vicente Suzin
Presidente

CRC/SC 018771/O-8